

**RENATA C. VIEIRA MAIA
DIOGO RIBEIRO FERREIRA**

Coordenadores

PROCESSO CIVIL APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS

NOVAS TENDÊNCIAS A PARTIR DO CPC DE 2015

Prefácio

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Apresentação

Sebastião Helvecio Ramos de Castro



Impulsionadas por contribuições de autores como Humberto Theodoro Júnior e Fredie Didier Júnior, que atuaram na própria elaboração do novo Código de Processo Civil, as reflexões doutrinárias construídas em estudos e debates na disciplina “Atualização em Processo Civil com ênfase em normas aplicáveis ao Controle Externo”, integrante do Programa de Pós-Graduação da Escola de Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, reunidas neste livro, apresentam-se à comunidade acadêmica como contribuições científicas aos novos tempos inaugurados pelo advento do novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, especialmente quanto à sua aplicação pelos Tribunais de Contas.

A coletânea, inegavelmente, enriquece a doutrina brasileira especializada, pelo que os seus idealizadores e colaboradores estão de parabéns pela excelente obra. Relevantes serão, sem dúvida, os benefícios que os estudos certamente prestarão à literatura relacionada com os Tribunais de Contas brasileiros.

Humberto Theodoro Júnior

Autores

Renata C. Vieira Maia
Diogo Ribeiro Ferreira

PROCESSO CIVIL APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**Novas tendências a partir
do CPC de 2015**

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Financeiro, Teoria Geral do Processo.

Público-alvo/consumidores

Membros dos Tribunais de Contas, Procuradores dos Tribunais de Contas, Servidores públicos dos Tribunais de Contas, Estagiários, Advogados.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001070

P963 Processo civil aplicado aos tribunais de contas: novas tendências a partir do CPC de 2015 / Renata C. Vieira Maia, Diogo Ribeiro Ferreira.– Belo Horizonte: Fórum, 2017.

233 p.
ISBN: 978-85-450-0204-8

1. Direito processual civil. 2. Direito administrativo. 3. Teoria geral do processo. I. Maia, Renata C. Vieira. II. Ferreira, Diogo Ribeiro. III. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAIA, Renata C. Vieira; FERREIRA, Diogo Ribeiro. Processo civil aplicado aos tribunais de contas: novas tendências a partir do CPC de 2015. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 233 p. ISBN 978-85-450-0204-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Humberto Theodoro Júnior	11
APRESENTAÇÃO	
Sebastião Helvecio Ramos de Castro	15
INTRODUÇÃO	
Gustavo Terra Elias	17
RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL – IMPORTÂNCIA SEMPRE CRESCENTE NA ESFERA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Humberto Theodoro Júnior	19
1 Introdução	19
2 Importância do médio constitucional	21
3 Natureza jurídica da reclamação constitucional	23
4 O papel atual da reclamação	25
5 Legitimação	28
6 Interesse	28
7 Hipóteses de cabimento da reclamação constitucional	29
8 Reclamação contra ato jurisdicional	30
9 Competência	35
10 Efeitos	36
11 Conclusões	37
Referências	38
SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS E OS DEVERES INSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS: UNIFORMIDADE, ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA	
Fredie Didier Jr	41
1 Nota introdutória	41
2 Deveres institucionais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes	42
2.1 Dever de uniformização da jurisprudência	42
2.2 Dever de manter a jurisprudência estável	43
2.3 Dever de coerência e dever de integridade	44
2.3.1 Premissas	44
2.4 Dever de coerência	48
2.4.1 Generalidades	48
2.4.2 Alguns critérios para aferição da coerência	50

2.4.2.1 Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica	50
2.4.2.2 Recondição a uma mesma norma superior	51
2.4.2.3 Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	53
2.5 Dever de integridade	53
Referências	56

EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO JUDICIAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ANÁLISE DA EXECUÇÃO JUDICIAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Cristina Andrade Melo	59
1 Introdução	59
2 Desenvolvimento	59
2.1 A quem pertence o crédito decorrente das decisões dos Tribunais de Contas?	60
2.2 Execução de título executivo extrajudicial	62
3 Conclusão	65
Referências	65

AS TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA NO CPC/2015 E SUA REPERCUSSÃO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Renata C. Vieira Maia	67
1 Introdução	67
2 Competência jurisdicional dos Tribunais de Contas no Brasil	68
2.1 Da competência complementar implícita do poder jurisdicional dos Tribunais de Contas no Brasil ...	70
2.1.1 O poder cautelar dos Tribunais de Contas e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ..	73
2.2 Do poder de cautela do Tribunal de Contas da União e de Minas Gerais e aplicação subsidiária ou supletiva do CPC/2015	74
3 Das tutelas provisórias no CPC/2015	77
3.1 Requisitos para concessão das tutelas provisórias de urgência (cautelar e satisfativa) e procedimento distinto em se tratando de deferimento em caráter antecedente	79
4 Da reconfiguração das tutelas provisórias e sua aplicabilidade no âmbito do Tribunal de Contas	80
5 Conclusão	82
Referências	83

A FUNÇÃO JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Denise Mariano de Paula, Evandro Martins Guerra	85
1 Introdução	85
2 O Estado e suas diversas acepções	86
2.1 O Estado Democrático de Direito	90
3 Tripartição das funções	93
4 Jurisdição	95
5 Tribunais de Contas	97
5.1 Natureza jurídica e função de controle	99
5.2 Competências constitucionais	101
5.2.1 Emissão de parecer prévio	103
5.2.1.1 Funções política e administrativa da Administração Pública	103
5.2.1.2 Parecer prévio sobre as contas de governo	104
5.2.2 Função jurisdicional	107
6 Conclusão	118
Referências	119

EFETIVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL NOS PROCESSOS AUTUADOS JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA, DEFESA TÉCNICA E A VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA

Alderico Kleber de Borba, Túlio César Pereira Machado-Martins	123
1 Introdução	123
2 Redefinição e alcance do contraditório	124
3 O contraditório substancial nos processos de prestação de contas	134
4 Conclusão	137
Referências	138

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS: DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA E PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA VERDADE MATERIAL

Diogo Ribeiro Ferreira	141
1 Introdução: experiência de vida e ônus da prova	141
2 Dever geral de prestação de contas e ônus da prova quanto à aplicação de recursos públicos	142
3 Aplicabilidade do NCPC ao Tribunal de Contas	145
4 Inovações da legislação pátria quanto à distribuição do ônus da prova: CPC/73 e NCPC	147
5 Conclusão: distribuição dinâmica do ônus da prova e verdade material	149
Referências	151

A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS DE ACORDO COM O NOVO CPC E A LEI DE MEDIAÇÃO

Ana Carolina Ramos Jorge, Cláudia Maria Gomes de Souza, Fernando Gonzaga Jayme, Mayara de Carvalho Araújo	153
1 Introdução	153
2 A indispensabilidade do advogado na administração da justiça	157
3 O dever de cooperação no processo civil	160
4 A colaboração prestada pelo advogado	161
5 Considerações finais	163
Referências	164

POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE MECANISMOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL NOS PROCESSOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Maria Regiane Marques Megale	167
1 Introdução	167
2 O Direito Processual Civil	168
3 Dos novos mecanismos para conciliação à luz do novo Código de Processo Civil	169
4 A mediação à luz da Lei nº 13.140/2015	171
5 Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e seu mecanismo de solução consensual	174
5.1 TAG – Termo de Ajustamento de Gestão	175
6 Considerações finais	178
Referências	178

TRIBUNAIS DE CONTAS E O NOVO CPC: REFLEXÕES ACERCA DO ADVENTO, DA APLICABILIDADE E DAS SEMELHANÇAS FINALÍSTICAS E PRINCIPOLÓGICAS

Matheus Santos Barreto Ramos do Prado, Saulo Milleo e Silva	181
1 Introdução	181
2 Adventos do novo Código de Processo Civil	182
3 Aplicabilidade das normas processuais cíveis em âmbito administrativo	185
4 Semelhanças finalísticas e principiológicas	188
5 Conclusão	192
Referências	192

A REVISIBILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: UM ESTUDO À LUZ DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO BRASIL

Lucas Alvim Paiva	195
1 Introdução	195
2 Da natureza jurídica dos Tribunais de contas	197
3 Das decisões das Cortes de Contas	199
4 Da revisibilidade das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário	202
5 Conclusão	204
Referências	205

DA RELATIVIZAÇÃO DA OUTORGA CONFERIDA AO TRIBUNAL DE CONTAS PARA EXERCER JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE

Juliana Gonçalves Pontes	207
1 Introdução	207
2 Competência do Poder Judiciário para o controle de constitucionalidade	208
3 Das formas de controle interno e externo dos poderes	209
3.1 Do Tribunal de Contas	211
4 Atuação constitucional do Tribunal de Contas	213
5 Conclusão	217
Referências	218

JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E A INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA Nº 347 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Otávia Maria de Carvalho Vieira	221
1 Introdução	221
2 Uma visão do campo sob abordagem	222
3 Conclusão	228
Referências	229

SOBRE OS AUTORES	231
------------------------	-----